

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO Nº DE 2007

(Do Sr. Julio Semeghini)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a proposta de criação de um regime tributário específico para importação de produtos do Paraguai.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência que seja realizada reunião de Audiência Pública para discutir a proposta de criação de um regime tributário específico para importação de produtos do Paraguai, com a participação dos seguintes convidados: o Sr. Embaixador Afonso Cardoso - Diretor-Geral do Departamento de Integração do Ministério das Relações Exteriores – MRE; o Sr. Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil e o Sr. Nilton Sacenco Kornijezuk, Secretário de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

JUSTIFICATIVA

O comércio ilegal de produtos vindos do Paraguai é um problema histórico que afeta economia do Brasil. A Receita Federal tem desempenhado um papel importantíssimo na fiscalização e combate a esse comércio ilegal, porém, muitas são as dificuldades enfrentadas para impedir de forma eficaz a entrada de produtos irregulares.

Deve-se ressaltar que nos últimos anos o governo brasileiro empreendeu esforços para reduzir a carga tributária incidente sobre setor de

hardware, e colheu bons resultados. Exemplo disso é o programa "Computador para Todos", que aos poucos vem possibilitando o acesso da população de baixa renda ao mundo digital e a redução significativa do mercado cinza de PCs no Brasil.

Entretanto, o governo vem discutindo a criação de um regime tributário específico para importação de produtos do Paraguai. Assim, é importante que os critérios de tal regime sejam definidos de forma adequada para que a indústria nacional não seja prejudicada.

Nesse sentido, considerando a importância do tema, seria de fundamental importância envolver o congresso, e em especial a Comissão de Ciência e Tecnologia na discussão de tal Regime, com a finalidade de garantir a justiça do sistema.

Sala da Comissão, de 2007

Deputado JULIO SEMEGHINI